
Microcrédito e investimento na agricultura urbana

Marielle Dubbeling

A agricultura urbana foi reconhecida em muitas cidades como um veículo para o desenvolvimento ambiental urbano, e para a viabilidade de cidades produtivas, sustentáveis e democráticas. Exemplos disso já foram cobertos em números anteriores da Revista de Agricultura Urbana (ver o artigo sobre Dar Es Salaam, Santiago de los Caballeros e Gaborone, no nº 4, analisando a "integração da agricultura urbana no planejamento das cidades"). Na verdade, para apoiar o desenvolvimento da agricultura urbana e a multiplicação das experiências bem sucedidas é preciso, além do apoio político, o apoio financeiro na forma de crédito para os produtores. Porém o progresso tem se dado mais pelo apoio político do que pelo financeiro, apesar do crescente interesse das agências de desenvolvimento e das instituições financeiras por operações de microcrédito voltadas para os mais pobres.

Assim sendo, uma pesquisa sistemática e a avaliação das variadas modalidades significativas de crédito e de provisão de investimentos para a agricultura urbana são muito necessárias. Nas duas décadas passadas, foram realizados consideráveis progressos com diversos tipos de microfinanças (como bancos cooperativos, microbancos, bancos comunitários e grupos solidários), mas inovações institucionais também serão bem-vindas, principalmente no caso da agricultura urbana.

Manter o crescimento desse setor à margem da economia mais formalizada pode agravar os riscos à saúde pública e ao meio ambiente colocados por práticas inadequadas e prejudicar a capacidade do setor de dar uma contribuição ainda maior à segurança alimentar e à geração de emprego e renda e de garantir destinação produtiva para áreas e recursos urbanos sub-utilizados.

O programa Habitat, das Nações Unidas (através de seu Escritório para Economia e Finanças Urbanas, com sede em Nairóbi, e de seu Programa de Gerenciamento Urbano para a América Latina e o Caribe), e o International Development Research Council - IDRC (Conselho de Pesquisas para o Desenvolvimento Internacional) decidiram apoiar uma iniciativa global para promover o desenvolvimento de esquemas de crédito e investimentos mais coerentes e eficientes, de modo a garantir inovações na agricultura urbana.

A iniciativa, lançada no início de 2002, objetiva identificar, tipificar, analisar e colher lições de sete estudos de caso, realizados nas cidades de Kathmandu e Bharatpur (Nepal); Bangalore (Índia); Khartoum (Sudão); Gaborone (Botsuana); Quito (Equador); Texcoco (México); e Londres (Inglaterra).

Outros estudos de caso são apoiados pela UMP e pelo RUAF. As experiências serão sistematizadas e comparadas em um relatório final que será distribuído amplamente através de diversos canais, e apresentadas no número 9 da Revista de Agricultura Urbana (previsto para março de 2003).

Na conferência sobre "Segurança alimentar nas cidades africanas" (de 27 a 31 de maio de 2002, em Nairóbi, Quênia), organizado pela UNHABITAT, FAO, IDRC e SIUPA-CGIAR, foi realizado um seminário para discutir propostas e desenvolver sugestões de políticas para aperfeiçoar a sustentabilidade financeira, social e institucional desses sistemas. Os casos foram avaliados de acordo com os participantes, tipos de investimento, taxas de juros, tipos de atividades apoiadas, escala do serviço, forças e fraquezas, resposta às políticas, e recomendações.

Quase tão importantes quanto o crédito e os investimentos para a agricultura urbana - especialmente para as mulheres e para os jovens - várias recomendações também foram apresentadas com relação à sua sustentabilidade financeira (por exemplo, termos e taxas de juros variando de acordo com as circunstâncias, e a necessidade de monitoramento e qualidade de controle), sustentabilidade institucional e parcerias (envolvimento de investidores públicos e privados, diversificação de financiadores e provedores de recursos), e administração dos esquemas (participação dos beneficiários, regras claras, gerenciamento adequado e transparência).